

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de março de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELINO GALO (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, com o objetivo de debater a Campanha da Fraternidade 2017, com o tema “Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida” e o lema “Cultivar e Guardar a Criação”, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido para compor a Mesa o Revmº Sr. Dom Murilo Krieger, arcebispo primaz do Brasil; o Sr. Geraldo Reis, Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia, neste ato representando o governador Rui Costa; a Srª Fabya Reis, secretária da Promoção da Igualdade Racial; o Sr. Yulo Oiticica, ex-deputado estadual; o Sr. Miguel Accioly, professor da Universidade Federal da Bahia; o Revmº Sr. Padre Zé Carlos, vice-presidente da Ação Social Arquidiocesana – ASA; o Revmº Sr. Padre Jorge Brito, representante da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora; Sr. Ricardo Dobrovolski, professor da Universidade Federal da Bahia; Sr. Agnaldo Borges, representante da Renovação Carismática Católica; Sr. Renato Cunha, fundador do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá; Srª Adelaide Maria Nascimento Xavier, representante da Pastoral da Saúde, e quero chamar para compor a Mesa o Sr. Deputado Alex da Piatã. (Palmas)

Neste momento, ouviremos a execução do Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Convido o deputado Alex da Piatã para assumir a presidência para que eu possa fazer a recepção dos nossos convidados.

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Bom-dia. Queria cumprimentar todos e todas e agradecer a presença de todos vocês neste ato de lançamento, aqui na nossa Casa, na Casa da Legislação, onde se fazem as leis. Pautar temáticas como esta é fundamental. Cumprimento o deputado Alex da Piatã, ora presidindo esta sessão; o nosso Revmº Sr. Arcebispo Primaz do Brasil, o grande condutor, comandante desta campanha, de uma importância não só para o baiano mas para a humanidade como um todo; O Sr.

Geraldo Reis, secretário, aqui representando o governador Rui Costa, que sabe a importância que tem esta campanha e manda um representante à altura, um secretário e uma secretária que estão à Mesa; a nossa Fabya Reis, secretária da Promoção da Igualdade Racial; o nosso ex-deputado estadual Yulo Oiticica, que ano após ano enquanto esteve nesta Casa foi o grande responsável pela realização dessas sessões; o Sr. Miguel Accioly, professor da Ufba que trata desta questão e demonstra uma preocupação muito grande com as questões ambientais da Ilha de Maré, que compromete a saúde de crianças e jovens. Essa é uma questão que vamos ter que nos ocupar porque está fugindo do controle totalmente; o Revmº. Sr. Padre Jorge Brito, representante da paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora, nosso pastor e querido amigo; O Sr. Ricardo Dobrovolski, professor da Universidade Federal e que aqui falará sobre o cerrado e a caatinga; O Sr. Agnaldo Borges, representante da Renovação Carismática Católica; o Sr. Renato Cunha, do Gambá, grupo ambientalista de muita tradição e com uma trajetória importante no nosso Estado e a nossa querida Srª Adelaide, representante da Pastoral da Saúde, meus senhores, minhas senhoras, (Lê) “Tenho dito em algumas oportunidades sobre a importância histórica da encíclica *Laudato Si* para o movimento ambientalista principalmente, mas há quem possa dizer com razão: para toda humanidade. Fizemos o registro aqui desta tribuna logo quando ela foi divulgada porque entendemos sua importância. E comemoramos durante as atividades da Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia, da qual sou o coordenador.

Esta encíclica talvez seja o mais contundente documento da igreja em defesa do meio ambiente, dos biomas e de nossa casa comum, o planeta Terra. E que faz essa defesa de uma forma especial, provocando uma profunda reflexão sobre o sentido do que representa viver nesta casa comum e da responsabilidade de quem a compartilha. A Igreja Católica chamou a cristandade e todos os irmãos de outras religiões a uma mudança de postura com relação à sua responsabilidade pela preservação da vida, no sentido de garantir para as presentes e futuras gerações a vida aqui na terra.

Vinda do Papa Francisco, essa encíclica nos remete a outro Francisco, São Francisco de Assis, que em seus *Cânticos das Criaturas* nos ensinava:

E aí, São Francisco dizia:

'Louvado sejas, meu Senhor,

Pela irmã Água,

Que é mui útil e humilde

E preciosa e casta.

(...)

Louvado sejas, meu Senhor,

Por nossa irmã a mãe Terra

Que nos sustenta e governa,

E produz frutos diversos

E coloridas flores e ervas'.

Era assim que São Francisco se referia ao nosso planeta: 'Mãe Terra, que nos sustenta e nos governa'.

Portanto, se a conversão ecológica que se requer para criar um dinamismo de mudança duradoura é também uma conversão comunitária, como nos ensina o Papa Francisco nessa encíclica, essa mesma conversão comunitária, por outro lado, nos exige refletir sobre os modos de vida e de produção e consumo.

Essa é a lição que nos diz:

'Dado que o mercado tende a criar um mecanismo consumista compulsivo para vender os seus produtos, as pessoas acabam por ser arrastadas pelo turbilhão das compras e gastos supérfluos. O consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecno-econômico. Está a acontecer aquilo que já assinalava Romano Guardini: o ser humano «aceita os objetos comuns e as formas habituais da vida como lhe são impostos pelos planos nacionais e pelos produtos fabricados em série e, em geral, age assim com a impressão de que tudo isto seja razoável e justo. O referido paradigma faz crer a todos que são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a minoria que detém o poder econômico e financeiro. Nesta confusão, a humanidade pós-moderna não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e esta falta de identidade é vivida com angústia. Temos demasiados meios para escassos e raquíticos fins'.

A desigualdade social, portanto, é uma questão fundamental a ser enfrentada, para que possamos cuidar da nossa casa comum.

A campanha da fraternidade desse ano de 2017 tem como tema '*Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida*'...

Hoje, a vida está ameaçada de diversas formas e, em quase todas elas, o falso "Deus mercado" está por trás das ações.

É assim com os agrotóxicos. Tenho empenhando grande parte dos meus esforços nesta Casa para regulamentar o uso dessas substâncias e aprovar a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, rodando o Estado para debater esse tema e juntar esforços nesta direção.

Na condição de engenheiro agrônomo e pesquisador do assunto posso afirmar com convicção que estamos vivendo uma guerra química silenciosa, escondida, todos os dias, em cada refeição que fazemos.

O Brasil é o líder mundial no consumo de agrotóxicos. Os índices de resíduos de agrotóxicos em alimentos são assustadores e ainda há pouca análise e, mesmo as que existem, não cobrem o número enorme de substâncias usadas, muitas delas proibidas.

A comunidade médica, os pesquisadores, não param de alertar sobre a necessidade de redução do consumo destas substâncias, mas o poder econômico de

seus fabricantes e o modo como está estruturada a agricultura brasileira, com o predomínio de latifúndios, impede o avanço desta discussão.

Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais são bombardeados com essas substâncias e também as nossas crianças, mesmo dentro das escolas.

Essas substâncias vão para os mananciais, se acumulam em nossa água. E continuamos almoçando, jantando e tomando o café da manhã, sem saber que estamos sendo envenenados.

Por sua vez, quando falamos em água falamos no princípio da vida, substância indispensável a todo ser vivo. Entretanto, mais uma vez, o Deus mercado a transforma em uma mercadoria a ser monopolizada, explorada ou vendida, sem uma compreensão comunitária e ecológica do que ela de fato representa.

Temos defendido aqui que há modelos exitosos de preservação de bacias hidrográficas que devem servir de referência também para as baianas e os baianos.”

Na Frente Parlamentar desta Casa, na Frente Parlamentar Ambientalista temos vários grupos de trabalho, um deles que cuida da implementação do Código Florestal. Sem, floresta não há água, água não nasce em barragens, água é produzida na natureza e esses biomas têm um papel fundamental na produção e no transporte dessa água para todo o País.

Temos o grupo de resíduos sólidos, que é uma questão crucial para a vida humana na terra. Cada vez mais os produtos industrializados duram menos. Eles são programados, têm uma obsolescência programada para cada vez mais vender e devolvemos esse lixo de forma muito irresponsável para a natureza. Cada vez se extrai mais, se extrai, unicamente para ter lucro, e esse lixo vai sendo acumulado na natureza.

Temos o grupo para tratar das nossas águas e da pesca. A água é como se fosse o nosso sangue, é o fluxo sanguíneo da terra, onde está interligado o planeta como um todo. Então, contaminar aqui significa jogar no rio, jogar no lençol freático, jogar no mar.

Então, quando discutimos a proteção de nossos biomas, ela se faz presente. Como discutir as florestas do Extremo Sul sem discutir a produção de eucalipto? Não é possível. Como discutir a água sem discutir o seu uso para irrigação de vastas áreas de terra e seus impactos nos rios e outros mananciais? Impossível. Quem verdadeiramente paga pela água? Como preservar a Caatinga sem um grande processo de inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável?

Essas são questões que nos aproximam.

De modo que a Campanha da Fraternidade tem um significado marcante por toda a sua força mobilizadora, seu exercício de solidariedade, sempre com temáticas estruturantes para a construção do Estado brasileiro e, sobretudo, a edificação da cidadania.

Estamos hoje neste Parlamento para debater, divulgar e fortalecer a Campanha da Fraternidade de 2017: “Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida”.

A interação entre nossos diversos solos, relevos, vegetação e fauna produziu uma diversidade natural muito especial e rara no mundo. O Brasil, com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados, é um País privilegiado em sua riqueza natural.

Neste País estão presentes ao menos seis grandes biomas (Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Amazônia e Pantanal)...” E também seus associados.

A Caatinga abriga 27 milhões de pessoas e várias espécies de flora e fauna.

Importante repetir: 46% do bioma da Caatinga foram desmatados. Se tivermos em conta que a Caatinga ocupa 54% do território baiano, temos a dimensão real deste problema.

Para se falar em conservação da Caatinga há que se falar em distribuição de renda, em assistência técnica, em acesso à terra, mas também em se fazer a transição para o modelo agroecológico, em produção de bancos de sementes, em transformar o produtor rural em agentes ambientais, fazendo com que aproveitem os frutos desta conversão, que aumentem sua cesta de alimentos, que produzam alimentos saudáveis e mantenham suas terras férteis utilizando os insumos criados dentro do próprio sistema natural.

O Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul, por sua vez, abriga as nascentes das maiores bacias das Américas (Amazônia, Tocantins, São Francisco e Prata). Indispensável, portanto, afirmar sua importância.

E o Cerrado está em acelerado processo de desertificação causado pelo desmatamento, além de servir de palco para um dos maiores processos mundiais de despejo de agrotóxicos que o Brasil já registrou. O desmatamento e, mais uma vez, o modelo agrícola predatório estão no centro do debate.

Restam somente 8,5% da nossa Mata Atlântica...” Observem que 72% da população brasileira vivem dentro desse bioma. Imagine a pressão que não é.

Então, vejam vocês:

(Lê) “A Europa inteira possui 12.500 espécies vegetais. A América do Norte possui cerca de 17 mil espécies vegetais. Somente nas áreas de Mata Atlântica e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, encontramos 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Além disso, são 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes.”

Então, a biodiversidade do planeta, em sua maior parte, está aqui no nosso País, está no nosso Estado.

(Lê): “Além desses biomas, que demos destaque por serem os mais presentes na Bahia, ainda registramos as riquezas e a importância fundamental da Amazônia, do Pampa e do Pantanal.

Portanto, o tema desta Campanha da Fraternidade é da mais alta relevância para a humanidade, não somente para as brasileiras e os brasileiros.

É uma honra para esta Assembleia Legislativa abrigar e propor esta cerimônia. É uma honra receber cada uma e cada um de vocês aqui.”

Receber o Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Murilo.

(Lê) “Porque há justiça no que vocês vieram falar. Essas palavras dizem respeito às presentes e futuras gerações. Dizem respeito ao planeta. Nossas esperanças estão depositadas nesta justiça. Este princípio ético de respeito à vida, e vida em plenitude.”

Muito obrigado a vocês, muito obrigado, Dom Murilo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Nós que agradecemos ao deputado Marcelino Galo, que é o proponente desta sessão, parabenizamos pelo brilhante discurso e convidamos para reassumir a presidência desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Convido a nobre deputada Maria del Carmem para compor a Mesa. Quero registrar a presença, devido à importância deste ato, do deputado Nelson Pelegrino; do Capitão Leandro Vialto, representante do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, representando o comandante coronel Teles; do Frei Jorge Heraldo, coordenador do CAAPA; da Dr^a Dalva, do Fórum Inter-religioso de Saúde; do nosso Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social: por favor, venha para a Mesa. (Palmas) A chegada dele foi bem no espírito da campanha.

Agora, vamos ouvir o Hino da Campanha da Fraternidade, em voz e violão, com Maria Cida Teixeira, Ana Rita Pereira e Maurílio Gomes dos Santos, da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.

(Execução do Hino da Campanha da Fraternidade.)

(Continuação da apresentação do coral e banda.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado ao nosso coral e banda.

Queria, também, registrar a presença de Iara Icó, chefe de gabinete da Secretaria do Meio Ambiente; do nosso companheiro Marcelo Gomes do Nascimento, da comunidade Kolping; do assessor Mateus Martins, representando Jerônimo Rodrigues, secretário de Desenvolvimento Rural; do assessor Carlos Armando Santana, representando Vítor Bonfim, secretário de Agricultura, e da coordenadora Sandra Silva, representante de Walter Pinheiro, secretário de Educação.

Agora, vamos ter a honra de ouvir o pronunciamento do nosso convidado especial, o arcebispo primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o arcebispo primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger.

O Sr. DOM MURILO KRIEGER:- Na pessoa do deputado Marcelino Galo, proponente da sessão e que a preside, saúdo toda a Mesa, cada um e cada uma de vocês! Não falarei sobre os biomas enquanto tais, pois sei que haverá pessoas que falarão com muito mais propriedade, conhecimento e sabedoria.

Vou me preocupar em responder uma pergunta que pode estar na cabeça de muitos que estão aqui ou que nos assistem. Qual a razão da Igreja se preocupar com biomas? O que isso tem a ver com a fé cristã? A Bíblia não trata de biomas, contudo, nos oferece elementos que iluminam esse tema. Iluminam a partir do projeto de Deus que a Bíblia nos apresenta. O que vemos a partir da Bíblia? Que o mundo foi criado por Deus. Isso está desde a primeira página do livro do Gênesis. A criação pertence a Deus. Assim, tudo que existe pertence a criação que foi amada, desejada e realizada por Deus. Cabe ao ser humano, e essa é a nossa grande responsabilidade, ser o guarda dessa criação. Deus disse: *“Enchei a terra e submetei-a, dominai-a.”* Ele não disse para sermos destruidores da criação.

Como pecado, o ser humano deixou de entender a criação, tudo ficou escuro. Na verdade, deixou de entender o projeto de Deus, mas Deus, que é rico em misericórdia, não desistiu do ser humano. Jesus Cristo restabeleceu a relação entre o ser humano e Deus, restabeleceu, também, a relação do ser humano com a natureza. Entende-se, pois, para Francisco de Assis, como foi lembrado pelo presidente da sessão, para ele a terra, a água, o sol, são irmãos, são dons de Deus que pertencem a todos. Devemos, então, cuidar com muito carinho desses presentes que Deus nos deixou.

Ora, não se destroem os irmãos, mas se protegem, mesmo por que nós precisamos deles. Baste ver o drama da seca no interior do nosso Estado da Bahia, quanto eles esperam, quanto eles suspiram pela irmã água. O que vemos é isso, tudo está estreitamente relacionado entre si, interligado. Então, temos uma responsabilidade para com as gerações futuras; precisamos agir de modo consciente.

E aqui lembro de uma frase do texto base, que diz assim: “Não se trata de apenas fazer campanhas para salvar algumas espécies animais ou vegetais raras, o que é importante, mas se trata de assegurar que centenas de milhões de pessoas tenham água limpa para beber, ar puro para respirar, possam levar uma vida digna, ter acesso aos meios do desenvolvimento integral, boas condições de saúde e possam continuar se relacionando com a criação, da qual fazem parte.” Até aqui é a citação do texto base.

Prejudicando a natureza, – isso é que grave – os mais atingidos são os pobres. Os ricos sempre têm condições e meios de buscar soluções; os pobres, não. Por isso, o

Papa Francisco escreveu assim: *“A fé oferece aos cristãos motivações importantes para cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis”*.

Termino a minha reflexão com a leitura, uma verdadeira oração do Salmo 8 da Bíblia, um Salmo que ensina que as criaturas são uma obra prima, uma obra que saiu das mãos de Deus. E serve para lembrar como há tantos séculos atrás se tinha uma consciência, disso que falei: todos os seres humanos nasceram das mãos de Deus e que temos que cuidar. E mais ainda, devemos louvar o criador a partir desses seres.

Ó, Senhor, nosso Deus, como é glorioso o teu nome em toda a terra. Sobre os céus se eleva a tua majestade, da boca das crianças e dos lactentes que procuras o louvor, ou dos teus adversários para reduzir ao silêncio o inimigo e a rebeldia. Quando olho para o céu, obra de tuas mãos, vejo a lua e as estrelas que criastes. Que coisa é o ser humano para dele te lembrares, o filho do homem para o visitares. No entanto, o fizeste só um pouco menor que um Deus de glória e honra o coroaste. Tu colocaste à frente das obras de tuas mãos, tudo puseste sobre os teus pés. Todas as ovelhas e bois, todos os animais do campo, as aves do céu e os peixes do mar, todo o ser que percorre os caminhos do mar.

Ó, Senhor, nosso Deus, como é glorioso o teu nome em toda a terra.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado Dom Murilo, Arcebispo Primaz do Brasil, por suas palavras.

Agora, vamos abrir uma parte mais técnica, científica, vamos ouvir estudiosos e militantes desses biomas, dos mais importantes do nosso Estado, no sentido de que esse nosso encontro aqui também tenha um caráter informativo. Ele é político, mas também é informativo, para que possamos compreender mais.

Vamos começar pelo professor Ricardo Dobrovolski, da Ufba, estudioso e especialista em cerrado e caatinga.

O Sr. RICARDO DOBROVOLSKI:- Bom-dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa e dizer que estou muito feliz pelo fato de a gente poder ver nesta Casa que ela é do povo e para o povo, discutindo um assunto que é do interesse de todos. Não apenas de conhecimento, de a gente querer entender o que está acontecendo no mundo, mas também, fundamentalmente, porque tem a ver com a nossa sobrevivência. Assim, cada vez mais a gente tem visto as respostas ambientais frente aos problemas que têm afetado a vida de tantas pessoas.

Para falar um pouco da minha vida pessoal, sou gaúcho e pesquisador da Universidade Federal da Bahia. Portanto, me sinto um pouco até limitado ao estar falando dos biomas da Bahia com tantas pessoas que vivem, convivem e viveram tanto das suas vidas nesses locais. Mas esse tem sido um tema importante da pesquisa

que desenvolvo na Ufba. Então, tenho algumas coisas que vão ser interessantes para o nosso debate.

Quero saudar particularmente o conjunto de estudantes e jovens pesquisadores que trabalham no laboratório que coordeno. Estão sentados ali. Levantem a mão, por favor. (Palmas) Fiz questão que viessem pra que eles pudessem ver justamente esta ligação entre o trabalho do dia a dia que a gente faz na pesquisa, um trabalho técnico que muitas vezes não é visto, e a conexão disso com o cotidiano de todos, a realidade, as questões políticas que estão sendo cada vez mais levantadas.

Claro, saúdo também esta iniciativa da Igreja Católica, que é na nossa sociedade uma instituição que está trazendo e incentivando este debate tão importante.

Então, por favor. (Mudança de eslaide.) Essas fotos que trouxe... Mostre a primeira foto lá. Talvez seja a mais bonita. Foi tirada no Parque Nacional da Chapada Diamantina, no centro da Caatinga baiana, talvez um dos parques nacionais mais visitados na Bahia e no Brasil. Foi uma área que restou, apesar de todo o crescimento econômico nacional e dos problemas ambientais que nela aconteceram. E hoje tem ainda essa estrutura, essa beleza, porque o desenvolvimento não chegou até lá e ela acabou sendo historicamente protegida.

Isso (Eslaide.) é uma outra área de Caatinga, já no Piauí: a Serra da Capivara. Mas temos áreas semelhantes de beleza equivalente aqui no Estado, com certeza. Essa é uma área de Cerrado, o bioma que temos no Oeste da Bahia. Próximo: essa é uma outra área de Cerrado, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás. Tive a oportunidade de cruzar aquele Estado de carro. A gente consegue ver essas paisagens também aqui no nosso Estado.

Próximo, por favor. Cada uma dessas paisagens, a gente discutiu rapidamente. Mas o que é um bioma? É uma área que tem como características toda uma vegetação, uma série de espécies animais e vegetais que ocorrem lá, uma história igualmente comum, evolutiva e de ocupação no local. Então, a gente tem toda uma biodiversidade, um conjunto de animais e espécies vegetais que também ocorrem. Mas, do mesmo modo, há em cada um desses locais uma ocupação humana que dialoga com essa natureza, e aí se cria toda uma cultura local, toda uma maneira de ver e cultivar aquela área. Mas tudo isso está sob ameaça. E é por essa razão que a gente está discutindo essa questão dos biomas hoje nesta Assembleia.

(Mais um eslaide.) Então, aí está a distribuição de todos os biomas do Brasil: a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica, que são os interesses aqui na nossa situação. Próximo, por favor.

Claro, pode-se descrever cada um desses biomas por uma série de números. A gente tem aí no Cerrado, o daqui da Bahia, 650 mil pessoas, com uma produção de bilhões de reais envolvidos. Além disso, há toda uma quantidade de animais que são criados por elas. O fato é que a maior parte desses biomas foi destruída. Quando digo

destruída, é em relação à sua formação natural e vegetação, a qual basicamente vai dar-nos os benefícios cuja falta estamos percebendo agora - a água, os alimentos, etc.

Este eslaide são os dados para a Caatinga baiana, que é a maior área da Bahia. Tem uma população de 5 milhões de pessoas, 4 milhões de cabeças de gado e também uma produção de bilhões de reais. A vegetação remanescente é ainda menos da metade. Então, mais da metade desses biomas já foi destruída e a sua vegetação nativa, removida.

Do outro lado, as áreas protegidas em que fiz questão de colocar um asterisco. Nos 2 biomas são cerca de 10%. Isso inclui terras indígenas e tipos de unidades de conservação que a gente chama unidades de uso sustentável, nas quais atividades econômicas são permitidas. Elas não estão aí necessariamente para proteger o meio ambiente, e sim para permitir o diálogo entre a produção e a conservação.

Próximo. Claro, além do fato de termos toda uma população humana desenvolvendo suas atividades, sobrevivendo nesses locais e fazendo uma produção que é importante para a economia, temos ainda um aspecto que é de grande interesse pra nós: a biodiversidade, porque todos esses programas ambientais que começamos a discutir desde o início da sessão, como o da falta d'água, o da poluição, o dos agrotóxicos, podemos enquanto sociedade decidir amanhã: "Vamos acabar com o agrotóxico, recuperar nossas matas ciliares." Só que a biodiversidade, especialmente a biodiversidade única de que vou falar já, são as espécies endêmicas, espécies que só ocorrem nesses locais. E, se destruímos aqui, nós perdemos.

Como a gente costuma falar diante da conservação, a extinção é pra sempre. Em todos os sentidos, toda a riqueza associada a essa biodiversidade - a dos bens, a dos produtos que se pode tirar dela, além da própria riqueza também cultural desses elementos -, a gente estará perdendo se perder essas espécies. Então, temos milhares de espécies em cada um desses biomas e centenas de espécies que são únicas. Só ocorrem na Caatinga, só ocorrem no Cerrado.

Próximo. Mais do que falar dos biomas, quero falar dessa ligação representada por essa figura no eslaide dentro do bioma, que é essa grande mancha verde. Lá numa área com essas características, semelhantes às da Caatinga e do Cerrado, a gente tem as plantas e os animais cuja biodiversidade a gente não estuda, muitas vezes deixando de dar-lhes importância. Acho que isso é uma questão específica dos ambientalistas ou específica dos ambientalistas ou específica dos pesquisadores. Só que essa mesma biodiversidade vai sustentar o que chamamos de serviços ecossistêmicos, que são a água, o alimento produzido nessa área. A gente costuma associar o alimento à agricultura, mas a gente tem alimentos que são tirados diretamente das formações naturais, como as frutas, os remédios, a caça, que é importante para muitas comunidades, e os bens culturais.

Toda forma de vida e cultura que se desenvolveu nesses lugares é dependente desse ambiente, e isso vai, então, beneficiar os seres humanos que vivem nesses locais e, eventualmente, são beneficiados pelos produtos lá gerados. Sobre essa conexão é que estou interessado em pensar.

Tudo isso é destruído quando destruímos a vegetação e as formações naturais desses locais. A principal causa dessa destruição é a agricultura, reconhecidamente uma atividade humana que foi muito importante na nossa história. Quando a espécie humana adotou a agricultura, pôde produzir uma quantidade maior de alimentos e tornar a sociedade mais complexa, fazer com que uma parte das pessoas pudessem deixar de se dedicar apenas à produção de alimentos e se dedicar a outras coisas. Estão aí a ciência, a religião, o Estado, tudo isso se desenvolveu com a agricultura.

Mas, por outro lado, essa mesma agricultura trouxe uma série de impactos. Talvez o principal impacto esteja representado por essa figura que mostra que, à medida que saímos da direita para a esquerda, saímos de uma situação em que tínhamos ecossistemas naturais dominando a paisagem, dominando o espaço, o que era a situação original no mundo inteiro. À medida que a espécie humana foi se desenvolvendo, ela foi substituindo esses ecossistemas por outras formações, e a principal causa de destruição dessas vegetações naturais é a agricultura.

É a agricultura também a responsável pela maior parte da emissão de gases do efeito estufa, é a agricultura que usa a maior parte da água doce disponível, é a agricultura a maior responsável pela contaminação dos corpos d'água. Se não pensarmos na agricultura, não tem como pensarmos nesses biomas e na preservação deles.

Foi a agricultura que fez, então, com que o Cerrado, por exemplo, que cobria todo o centro do Brasil, sobrasse só nessas pequenas manchas, que representam menos de 50% do Cerrado atual.

Também gostaria de colocar isso em perspectiva. O Cerrado e a Caatinga são duas formações, dois biomas importantes do Brasil que ocorrem aqui, no Estado, mas elas são duas entre 867 tipos de formações existentes no mundo. Como estão essas formações quando olhamos para o conjunto de todas as 867?

O pessoal interessado em proteger esses biomas está interessado também em eleger prioridades. A Igreja fala “eu quero preservar os biomas”, uma grande parte do mundo está interessada em preservar os biomas, mas onde investimos? Quais são os biomas mais preocupantes? Quando o pessoal olhou para todos os biomas do mundo, encontrou, pelo menos, duas respostas que eu gostaria de mostrar. A primeira é o chamado *hotspot* de biodiversidade, ou seja, áreas de biomas muito importantes. E quando o pessoal avaliou todos os biomas do mundo, encontrou 25 que eram os mais importantes, porque tinham muita diversidade ou estavam muito destruídos. Entre esses biomas, estava o Cerrado do Brasil, o Cerrado sobre o qual estamos discutindo hoje. Há uma prioridade mundial.

Num outro trabalho – perdoem-me por estar, aqui, citando esses trabalhos científicos, mas são ossos do ofício –, o pessoal fez a mesma coisa, utilizando outros critérios, utilizando a proporção de destruição. E novamente encontraram lá o Cerrado, em amarelo, e a Caatinga, em vermelho, como áreas ameaçadas ou criticamente ameaçadas, ou seja, mais uma vez, mostraram que são prioridades

globais de conservação. Se a gente pegar o mundo inteiro e definir quais são as áreas mais importantes, a Caatinga e o Cerrado estarão entre essas áreas.

Aqui, uma coisa mais importante: afinal de contas, por que a gente está destruindo isso tudo? Um tanto pela questão do capital. Mas, ainda que nós superássemos o capital, haveria pessoas que diriam: bom, para desenvolver a humanidade, não basta ter só áreas naturais. A gente tem que destruir o habitat para aumentar o desenvolvimento humano, aqui representado pelo IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, que é a maneira como a ONU mede o desenvolvimento humano, tem a ver com educação, saúde e com renda.

Hoje as pessoas que destroem o meio ambiente pensam desta maneira: quanto mais eu destruir o meio ambiente, maior vai ser o meu Índice de Desenvolvimento Humano. As pessoas entendem isso como: “Não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos.” É isso que as pessoas têm na cabeça: se eu destruir mais, eu vou perder o ambiente, mas eu vou ter mais desenvolvimento humano.

Mas essa crença foi questionada por uma pesquisadora portuguesa que foi para a Amazônia e testou essa relação. O que ela viu não foi aquela reta subindo – eu estou destruindo, estou aumentando o meu IDH –, o que ela viu foi essa curva que vocês podem verificar em todos os gráficos, que representa o seguinte: se eu começo a destruir, eu consigo tirar o dinheiro da madeira, da soja, do gado, especialmente no início, quando essa soja ou esse gado ou outras maneiras de ter outros produtos são cultivados sobre um solo fértil. Mas é um solo fértil que a floresta, as formações, a vegetação natural tornaram fértil pelos processos naturais que ali ocorreram ao longo de milhares de anos. E a gente torra isso rapidamente, depois o IDH, na Amazônia, começa a decrescer, porque o pessoal desgasta aquela área e é motivado a ir para uma nova área. Isso foi o que ela encontrou na Amazônia.

Nós, interessados em entender a relação entre destruição e desenvolvimento humano na Bahia, fizemos esse teste, estão aqui a Paloma e a Flora, que desenvolveram essa pesquisa, elas encontraram essa relação.

Então, quando eu olho para os Municípios com diferentes quantidades de área destruída, representados no eixo horizontal, o meu IDH não muda. Ou seja, quando eu destruo o ambiente, eu não estou ganhando desenvolvimento humano. Os Municípios, independente da quantidade de bioma que mantêm, mantêm o mesmo desenvolvimento humano.

Aquela ideia de que vou destruir para ter desenvolvimento humano, tudo leva a crer, é uma falácia. Pior, como eu falei lá no início, o ambiente natural, seja da Caatinga, seja do Cerrado, traz os serviços ecossistêmicos, a água, o local onde a gente vai visitar, onde a gente vai caminhar, onde a gente vai fazer as nossas celebrações, onde a gente vai obter o alimento... Quando a gente destrói o ambiente lá, no final desse gradiente, o povo não só deixará de ter o desenvolvimento humano, como perderá esse serviço ecossistêmico. Posso dizer que, depois da destruição, a gente estará mais pobre, estará pior do que no início.

Estamos destruindo, o sistema nos leva a isso, a gente não tem desenvolvimento humano, mas a gente tem coisas a fazer. Para falar do que a gente pode fazer, vou contar para vocês, rapidamente, uma história sobre outro bioma, que é o bioma da Amazônia. O Brasil é aquele País que tem a maior quantidade de florestas e formações tropicais, mas foi, historicamente, campeão em desmatamento.

Cada uma dessas barras representa quantidade de desmatamento anual, na Amazônia. Até 2005 tínhamos altos níveis de desmatamento; a partir daí houve uma intervenção do governo e esse desmatamento foi reduzido, entre outras coisas, pelo fato de termos criado unidades de conservação, áreas indígenas e assentamentos da reforma agrária. E também por coibirmos aqueles produtores que faziam essa destruição. E mais do que, passamos a ter uma grande capacidade de observar, com imagens via satélite, onde está ocorrendo a distribuição.

Temos isso disponível para fazer aqui no Estado, no Cerrado, na Caatinga e na Mata Atlântica. Mas temos de mudar algo que está, inclusive, escrito na Constituição federal, pois que não apenas a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar e o Pantanal Mato-Grossense e as zonas costeiras são patrimônios naturais. Na verdade, todos os ecossistemas, todos os biomas, incluindo o Cerrado e a Caatinga, também são.

Estamos num período especial, porque, além de existirem todas essas ferramentas, como os satélites, pessoas qualificadas e que estão se qualificando para desempenhar essas funções, estamos fazendo o cadastramento agrícola das áreas rurais. É justamente o momento em que o produtor tem condição de declarar a sua reserva legal e suas áreas de preservação permanente. E assim a gente consegue fiscalizar com essas tecnologias disponíveis.

Ali vemos um conjunto de áreas prioritárias para a conservação baseada na biodiversidade, que é uma das ferramentas que a gente precisa para criar essas unidades de conservação e outras ações para reduzir esses desmatamentos, essa perda de habitat.

Por fim, quero agradecer mais uma vez às pessoas do laboratório que eu coordeno, que fizeram esses trabalhos. E também quero falar que temos lá na Universidade Federal da Bahia o Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento, que tem se debruçado sobre essas questões e desenvolvido ferramentas para atacar esse problema. Inclusive, temos um mestrado profissional para pessoas dos órgãos ambientais e de outros órgãos que estejam interessados em entender e desenvolver essas ferramentas. Estamos lá esperando por vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, professor Ricardo.

Quero registrar as presenças da Sr^a Daniela Moura, que é da Instituto das Irmãs Oblatas; de Jurandir Jesus Menezes, vereador de Antônio Gonçalves; e do diácono Itamar, da Paróquia de São Paulo Missionário.

Agora vamos ouvir um ambientalista, um estudioso, um acadêmico que se dedicou mais à Mata Atlântica, o nosso companheiro, conhecido de todos vocês, Renato Cunha, do Gambá, que falará por 10 minutos. (Palmas)

O Sr. RENATO CUNHA:- Bom-dia a todos e a todas. É um prazer estar nesta sessão. Começo cumprimentando o deputado Marcelino, o arcebispo primaz do Brasil, todos os outros companheiros da Mesa e vocês da plateia. E também quero parabenizar a Igreja por estar justamente lançado este ano como tema da Campanha da Fraternidade a defesa dos biomas.

No ano passado, foi o saneamento básico, que também é uma questão ambiental muito importante para melhorar as cidades, o campo, etc. E este ano destaca os biomas, tema já muito bem tratado pelo arcebispo quando falou da importância do cuidado com a terra, com a nossa natureza e as relações que se estabelecem entre essas duas situações, inclusive colocadas pelo Ricardo, que o bioma não é somente a natureza em si, mas faz parte das pessoas que vivem e convivem nesses ambientes, nesses territórios.

Então, coube a mim, aqui, falar um pouco da Mata Atlântica, que é esse importante patrimônio nacional e está colocado na Constituição brasileira. Gostaríamos que a caatinga e o cerrado também estivessem lá como patrimônio nacional. É uma luta, inclusive tem uma PEC – Projeto de Emenda Constitucional – na Câmara Federal para que o cerrado e a caatinga também se tornem patrimônio nacional.

Então, vamos fazer uma breve apresentação aqui para a gente conhecer um pouquinho o que é a Mata Atlântica. Tem o marco regulatório, o marco legal, desde a Constituição, como foi mostrado pelo Ricardo, que estabelece como patrimônio nacional.

Em 1992, o então deputado Fábio Feldmann, que também é um deputado ambientalista, entrou com um projeto de lei naquela época para que o patrimônio nacional fosse regulado por uma lei, por uma legislação ordinária, e depois de 14 anos foi aprovado na Câmara Federal e no Senado, no Congresso, essa lei.

Teve um decreto em 1993, que achamos que ia demorar a aprovação da lei no Congresso, aí se colocou para o então presidente da República Itamar Franco uma possibilidade de estabelecer um decreto que já regulasse o uso sustentável e a proteção da Mata Atlântica. E, depois de uma grande mobilização que houve da sociedade, vários abaixo-assinados, várias discussões, se conseguiu aprovar em 2006 essa lei, que a gente considera uma conquista da sociedade.

Esta lei é o nº 11.428, aprovada em 22 de dezembro de 2006, e depois regulamentada por um decreto presidencial em 2008, o decreto nº 6.660, de novembro

de 2008. Decreto assinado pelo então presidente Lula. A gente cobrou bastante esse decreto para que a lei, inclusive, fosse aplicada na sua integridade.

A Mata Atlântica, a gente pode considerar uma visão lá de fora, como se a gente estivesse no espaço, em 1500 a gente considerou que a Mata Atlântica estaria com essa imagem, como se ninguém tivesse mexido ainda. Por exemplo, os índios já moravam aqui, mas não dava par ver lá de fora o ambiente mais próximo. Então, em 1500, a Mata Atlântica era isso.

(Apresentação de *slide*)

O Sr. RENATO CUNHA:- Mudou bastante. Antes era assim, agora virou isso. Olhe a responsabilidade que a gente tem para cuidar desses remanescentes que sobraram, porque ainda tem muito, e a nossa responsabilidade também de restaurar aquilo que precisa ser restaurado. Aí há regras específicas para isso pela lei da Mata Atlântica e outros instrumentos legais como, por exemplo, o Código Florestal, que é outra lei importante, que temos que seguir também.

No Extremo Sul da Bahia, um exemplo, dá para ver a região de Porto Seguro, de Prado, entre 96 e 2005, todos esses pontinhos vermelhos foi o que se perdeu de Mata Atlântica nesse período de tempo; é só um exemplo que eu trouxe para vocês. Isso, infelizmente, continua, esse processo de desmatamento, de perda de remanescentes.

Aquelas áreas verdinhas são os parques nacionais ou uma RPPN que tem ali. RPPN é uma reserva particular do patrimônio nacional. Tem o Parque do Pau Brasil, o Parque Monte Pascoal, o Parque do Descobrimento, e ali a região de Abrolhos, que é o que está no mar ali também, que é um ecossistema associado da Mata Atlântica, essa área costeira ou marinha, que depois o meu companheiro Miguel falará mais detalhadamente.

Aí é a importância da biodiversidade, tanto os animais, a quantidade de plantas, um número significativo, até o deputado já falou aqui os números, mais de 20 mil espécies de vegetais, uma quantidade enorme de animais também, animais silvestres que vivem nessa região.

A Mata Atlântica não é igual em tudo que lugar, há diversos ecossistemas: florestas que chamamos de mais litorâneas, as florestas ombrófilas densas, as florestas mais interioranas, os manguezais, que são áreas de ecossistemas associados, restingas... tudo isso faz parte da Mata Atlântica, então, ela não é igual na Bahia e no Brasil em toda a sua extensão. Então, temos que considerar em cada lugar a preocupação em saber como usar e como proteger.

Há uma sociobiodiversidade: os índios, os quilombolas, os pescadores, o artesanato e também as várias manifestações culturais que acontecem nesse espaço, que são importantes para cuidarmos, valorizarmos e protegermos.

Há também uma socioeconomia grande em toda essa área, mais ou cerca de 120 milhões de brasileiros moram nessa região, 70% da população mais ou menos;

dezessete Estados – desde o Rio Grande do Sul até o Piauí, passando por todos os Estados ao longo da Costa e indo para o Interior: Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, até Piauí e Ceará, que também têm remanescente de matas específicas. Inclusive, lá no Oeste da Bahia, onde uma vez eu fui discutir Mata Atlântica, perguntaram-me o que eu estava fazendo lá se não tinha Mata Atlântica. Porque lá é o cerrado, como mostrou Ricardo. Lá tem uma mata, uma vegetação, que chamam Mata Seca, que é um tipo de vegetação de Mata Atlântica. Isso ainda é pouco desconhecido até lá pelas pessoas, mas há regras para essa mata, chamada de Mata Seca, que é uma floresta estacional, como diz a técnica biológica desse tipo de vegetação.

E os conglomerados industriais, urbanos, também, no Brasil, estão, na sua maioria, na Mata Atlântica. E aí temos os problemas que estamos vivendo: desmatamentos, queimadas, que ainda acontecem, uma exploração seletiva de espécies ameaçadas de extinção, o que não deveria mais ocorrer, ocupação de campos naturais, de áreas naturais, que são ocupadas também, muitas vezes, sem os cuidados necessários: ocupação de APPs, áreas de preservação permanente – as nascentes, as matas ciliares, os topos de morro, que são ocupados também em áreas rurais e também em áreas urbanas, como aqui em Salvador. Isso tem que ser repensado. Tem-se que proteger e está protegido pela lei da Mata Atlântica, pelo Código Florestal.

A não averbação e a manutenção da reserva legal. Toda propriedade na área da Mata Atlântica, como uma propriedade rural, tem que ter 20% de reserva legal, ou seja, uma reserva florestal, para se administrar adequadamente a propriedade. Isso também não vem acontecendo de uma forma razoável. Tem uma especulação imobiliária, principalmente no litoral, ocupando áreas sem o devido cuidado. Tem monoculturas também de eucalipto, de soja, fora outras questões que poderiam ser repensadas.

Projetos impactantes. Grandes projetos que acabam impactando bastante esses remanescentes, esses territórios onde está a Mata Atlântica e precisam ser discutidos direitinho.

Esse é o mapa da Mata Atlântica no Brasil (aponta para o *Power Point*), que é protegido pela... Então, a Mata Atlântica no Brasil está nesse território de um milhão e trezentos mil quilômetros quadrados, que é 15% do território brasileiro. Existe um monitoramento do quanto ainda resta. O deputado falou em 8,5%, mas o último dado do SOS Mata Atlântica e do INPE fala 11% dos remanescentes mais protegidos, mas o desejável é que tivesse em torno de 35 a 40% de cobertura vegetal da Mata Atlântica. Até a lei garante isso. Por exemplo, toda propriedade tem que ter 20% de reserva legal. Isso dá em torno de 8% de Área de Preservação Permanente – é uma estimativa que se coloca – e 10% de Unidade de Conservação de parques, reservas e todo tipo de unidade de conservação como em área indígena. Então, ao somar, ali daria uns 38%. Então temos de trabalhar para sair do patamar atual de 10 a 11% para chegar a isso, ou seja, em média, 38%.

Logo, esta é uma grande estratégia de restauração que precisa ser feita.

Então, além de se proteger o que ainda existe, há de se fazer o esforço para a restauração desta mata.

E, no Estado da Bahia, a área que aplica a Lei da Mata Atlântica vai até o cerrado, ou seja, até a Chapada Diamantina, pois essas são áreas de transição, quais sejam, o cerrado com a caatinga. E, no mapa dos biomas, existem a Mata Atlântica no litoral, a caatinga no interior e o cerrado no Oeste.

Mas, na aplicação da lei, não é assim, ou seja, a aplicação da lei está no mapa anterior, pois vai até a essas regiões. Os órgãos licenciadores ou todas as instituições têm de se preocupar não com aquele mapa anterior mas o mapa da aplicação da lei. Então quando há um processo de licenciamento ou há um empreendimento a ser colocado lá no Oeste, há de se olhar a Lei da Mata Atlântica. Isso significa que não se pode olhar somente para a legislação geral.

A Mata Atlântica não foi e não é só reconhecida por nós. Isso é importante. A prova disso é o fato de ela ter recebido o título da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Este é o reconhecimento pelo órgão Unesco da ONU que considera as várias áreas importantes no mundo, melhor, no planeta para serem protegidas. E a Mata Atlântica foi uma delas através do Programa Homem e Biosfera.

Esse programa estabeleceu normas. O governo brasileiro, ou seja, o Brasil entrou com essa proposta em 1992 e considerou essa importância. Isso é de uma importância planetária. No entanto, quem tem de cuidar? Somos nós. Somos nós quem tem esta responsabilidade. Não é o diretor da Unesco quem tem de cuidar. Somos nós. Então ela é importante para lá e, principalmente, para nós.

Quanto à Mata Atlântica na Bahia, temos a falta de uma política de conservação e restauração. Temos cobrado a necessidade de existir uma política mais estratégica para a conservação e a restauração dessa mata. Vivenciamos, até, um momento do Projeto Corredores Ecológicos. Estou vendo a Margareth aqui que trabalhou, à época, bastante sobre isso. Esse era um programa que trabalhava na área de um corredor que vinha aqui no litoral da Bahia desde o Baixo Sul até o Extremo Sul e entrava pelo Espírito Santo. Esse projeto acabou e não foi substituído por nenhum outro.

Há a necessidade de se ter unidades melhores de conservação desses ambientes. Hoje, muitas dessas áreas estão abandonadas e estão, até, ameaçadas de perder aquela unidade criada, ou seja, aquele parque, aquela reserva e tal.

Há uma fiscalização, ainda, deficiente no Estado. Precisamos cobrar melhor dos órgãos competentes como as referidas secretarias, Inema, Ibama, a polícia ambiental, pois eles têm uma fiscalização mais adequada.

Também, temos conflitos com grandes projetos que estão ameaçando a Mata Atlântica. Há o projeto da construção do Porto Sul na região de Ilhéus. Nesse meio, há várias minerações que estão se estabelecendo ou querendo se estabelecer na região. Há uma pecuária extensiva que, também, ocupa grande parte das propriedades dos territórios onde havia a Mata Atlântica e, hoje, não tem mais. E há monoculturas existentes aqui no Estado.

Destacaria algumas questões. Por exemplo, há o Parque de Pituaçu e este fica aqui em frente, melhor, do outro lado da avenida Paralela. Gostaríamos que houvesse muito mais cuidado com esse parque através de uma melhor gestão por parte das entidades públicas. Existem problemas em sua gestão. Inclusive, estamos querendo conversar com o secretário do Meio Ambiente aqui presente, Geraldo, sobre o parque, porque ele precisa ser melhor administrado. Há conflitos na área com ocupações e com invasões que precisam ser melhoradas.

Há o Parque das Dunas do Abaeté. Ontem mesmo, o aeroporto de Salvador foi privatizado, porque houve um leilão que o privatizou. E já coloca que, para essa privatização, vão ter de construir mais uma nova pista no aeroporto em cima das dunas do Abaeté. Este é um outro problema também. A gente perderia muito com isso, porque esta pretensão ameaça a existência do Parque das Dunas do Abaeté. Então, precisamos ter muito cuidado. Inclusive, há, ainda, o processo de licenciamento que deve acontecer. Mas essa pretensão é uma ameaça, também.

Há áreas aqui no entorno da Paralela que, também, estão ameaçadas. O fato ocorreu durante o Carnaval, ou seja, há, mais ou menos, duas semanas. Nesse período, houve um grande desmatamento, aqui, na região de São Marcos. Isso aconteceu aqui bem pertinho quando foi desmatada, na calada da noite, uma grande área durante o Carnaval. Em outras palavras, aproveitaram o fato de estarmos no Carnaval, com as pessoas preocupadas em se divertir, com os órgãos fechados e acabaram com parte da mata. Praticamente, um plantão é muito difícil no momento de Carnaval. Se isso tivesse ocorrido em um dia normal, talvez, também, houvesse dificuldades. Mas, durante o Carnaval, a dificuldade de fiscalização é maior ainda.

Então, se perdeu uma área significativa bem aqui perto entre a avenida Gal Costa e a avenida São Rafael. Isso é um problema. Depois, os órgãos Ministério Público, Inema, polícia, etc entraram na querela e se conseguiu parar. Mas houve problemas.

Estamos, igualmente, trabalhando para criar o Parque da Lagoa dos Pássaros que fica, ali, no Stiep que tem uma área prevista para ser ocupada por um empreendimento em uma área verde que precisa ser protegida também. E a gente está discutindo com a prefeitura de Salvador a criação desse parque para proteger mais uma área verde.

Fala-se, atualmente, da crise hídrica e ela é real. No Estado, já se falou aqui. Estamos vivendo o problema não só no interior mas, aqui, em Salvador e na Região Metropolitana. Precisa haver um cuidado muito grande com essas mudanças climáticas que estão acontecendo no planeta, no Estado da Bahia e sua capital também. (Palmas) Já é fato existir as diferenças climáticas, as mudanças do período das chuvas e seus regimes. Tudo isso precisa de muito cuidado.

Uma das causas disso é o desmatamento. As nascentes estão sendo desmatadas ao seu redor incluindo as matas ciliares. Há a necessidade de se ter uma outra visão e uma outra preocupação com tudo isso.

Os desafios colocados são seguintes: melhoria na gestão das unidades de conservação e criação de novas. Junto à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, o Gambá fez um estudo para a criação de uma área que chama Projeto Serra da Jiboia que fica no Recôncavo Sul da Bahia, mais precisamente na região do Vale do Jiquiriçá. Fizemos o estudo para a criação dessa unidade.

E já entregamos isso para a Secretaria do Meio Ambiente, para o Inema e, até, para o governo federal. Estamos, agora, querendo discutir a efetiva criação dessa unidade que é uma área superimportante, pois se trata de um remanescente serrano, um complexo serrano nessa região que precisa ser protegido como outros também. E a gente está querendo que essa área seja cuidada direitinho.

Há de se estabelecer, também, um programa de restauração florestal. O Ricardo falou aqui acerca do Cadastro Ambiental Rural e o mesmo está Código Florestal. Aqui na Bahia, há a sigla de Cefir que significa Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais, pois impõe, a todas as propriedades, o fazimento desse cadastro hoje. Seja a propriedade pequena, média ou grande, ela tem de fazer esse cadastro. Isso é um esforço grande que tem de ser feito para as propriedades ficarem, ambientalmente, regularizadas. Então é uma oportunidade grande que se coloca aí.

A gente propõe a elaboração e a implementação de Planos Municipais de Mata Atlântica (PMMAs). Os próprios municípios devem se articular e se organizar para elaborar os seus próprios planos municipais para a conservação e para a recuperação da Mata Atlântica.

O Gambá e outras organizações têm trabalhado para esses planos serem elaborados e, depois, implementados. Logo, tudo isso é uma política de conservação da Mata Atlântica e esta política há de ser abraçada por todos os municípios com o apoio do Estado e com o apoio da União. Mas os munícipes, tanto a prefeitura quanto a sociedade civil local, têm de se organizar nesse sentido.

O licenciamento ambiental, também, muitas vezes, tem de ser revisto, tem de ser pensado direitinho. Recentemente, houve uma mudança na legislação ambiental da Bahia que retirou a competência do Conselho Estadual do Meio Ambiente do licenciamento, e a gente precisa repensar isso para dar mais visibilidade, mais participação da sociedade nesse processo de licenciamento. O fortalecimento dos colegiados ambientais, dos conselhos, dos comitês de APAs, comitês de bacias, tudo isso tem que ser fortalecido também para que a participação seja muito melhor. E programas de educação e informação ambiental também, porque são importantes para que a população cada vez fique mais informada e mais consciente de suas questões e possam participar mais ativamente.

Próximo: aí um exemplo de uma propriedade rural. Ela está legal? É uma propriedade que tem o cuidado legal com a Mata Atlântica? Não. Provavelmente vocês vão achar que não.

Outro: a mesma propriedade, que seria produtiva também, mas cuidando lá do 20% da reserva legal, protegendo suas matas ciliares e tendo ocupação de agricultura,

de pecuária, de piscicultura, de áreas de ecoturismo. Então, a propriedade tem que ter mais ou menos essa visão, esse quadro, não aquele outro que é praticamente só pasto.

Outra: aí uma área montanhosa que está pegando fogo. Está legal isso assim? Provavelmente não, todo mundo vai achar que não. Então vamos na próxima: como é que tem que ser uma encosta? Tem que ser florestada. É uma área de preservação permanente que tem que ser cuidada direitinho, pode ter algumas trilhas e tal, mas ela tem que estar florestada direitinho para não vir abaixo quando ocorrerem essas chuvas torrenciais. Se estiver assim, desse jeito, se não estiver florestada, vem abaixo e destrói vidas até, destrói o ecossistema e pode matar pessoas, como tem acontecido.

Aí também tem uma propriedade, à esquerda, que está florestada; à direita, outra; no meio, uma que não está ainda bem florestada. Então, no próximo a gente pode juntar...

Outra: aí você faz uma conexão entre remanescentes, o que a gente fala que seriam os corredores ecológicos dentro de propriedades.

Então, nesse manejo que a gente tem que pensar direitinho, que seria mais adequado, mais sustentável, com um cuidado melhor com a ocupação do solo, protegendo aquilo que for necessário e mantendo a produção, mantendo as atividades econômicas, mas com esse cuidado efetivo para que a gente não destrua mais e a gente recupere mais. É esse o grande desafio que se tem.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado a Renato Cunha, quero pedir desculpas pela campanha. Mas é o instrumento de controle da fala de parlamentar, porque tem deputado que fala demais. Então tem que ter a campanha mesmo.

Agora vamos ouvir um pouco, discutir também os ecossistemas costeiros, chamados de associados. Nosso Estado tem 1200 quilômetros de costa e uma população de pescadores e marisqueiras que têm uma vida extremamente dependente desse ecossistema.

O Sr. MIGUEL ACCIOLY:- Bom-dia a todos! Saudação à Mesa e muito obrigado pelo convite para estar aqui. É uma satisfação estar num evento deste, parabenizando a iniciativa da Campanha da Fraternidade, que, mais uma vez, neste ano, traz essa temática do meio ambiente para a opinião popular. Então, acho que isso é muito importante e espero trazer uma contribuição nesta sessão, aqui, de acordo com o que se espera.

Fui convidado para falar sobre os biomas associados, os biomas costeiros. Os biomas costeiros: o que a gente precisa primeiro é conhecê-los. Por quê? Porque existe, na área costeira, uma diversidade muito grande de ecossistemas, cada ecossistema com seu serviço, com suas propriedades, com sua biodiversidade, com

sua ocupação humana, muitas comunidades quilombolas, muitas comunidades de pescadores tradicionais, indígenas e também muitos usos que se fazem desses ecossistemas. Não é à toa que a maior parte da população do mundo, e aqui no Brasil não é exceção, ocupa exatamente essas regiões costeiras, porque elas oferecem muito mais serviços, muito mais condições à vida, através de seus biomas ali associados.

Então, por isso que temos que ter um cuidado especial, e por isso são mais difíceis de serem gerenciados, porque existem muitos conflitos de interesses de usos diversos desses ecossistemas.

Então, só um exemplo, temos manguezais, estuários, costões, recifes, baixios costeiros e praias na área marinha, na área aquática, e na área terrestre temos ali as dunas, restingas, a mata, os cordões litorâneos e suas áreas úmidas, e falésias. Ou seja, temos tanto ecossistemas terrestres quanto marinhos e as conexões entre eles, e muitos serviços que esses ecossistemas oferecem e que são necessários à vida da biodiversidade e a nossa vida principalmente. É disso que estamos falando aqui.

(Apresentação em *power point*)

Aqui só uma visão de alguns desses ecossistemas. Ali atrás temos as dunas, dunas móveis e dunas fixas, aqui embaixo cordão litorâneo com a área úmida, com laguna e pequenos rios com área de restinga, isso aqui é Litoral Norte da Bahia. Então, essa associação é extremamente produtiva e vários serviços têm aí.

As dunas têm um serviço importantíssimo de amortecer todo o processo de erosão e de movimentação da areia da praia, então ela é superimportante e por isso é que ela precisa ser preservada. E esses cordões litorâneos e essas lagunas costeiras são extremamente produtivas de alimento para uma biodiversidade que existe aqui, tanto aquática quanto terrestre. São ecossistemas muito importantes.

Aqui temos a praia e o cordão duna, a primeira duna frontal que existe na praia, à direita ali, já fora da imagem, o mar, aqui vemos vários ninhos de tartaruga e o início da formação da duna. Então, aqui temos tanto o ecossistema marinho, ecossistema de praia, ecossistema de duna e essa conexão é extremamente importante para manter um serviço extremamente caro para nós, que não percebemos, que é a manutenção da linha de costa. Mexer nisso aqui é pôr em risco essa linha, e o risco de erosão ou o risco de retrogradação da linha de costa. E é muito caro manter artificialmente a linha de costa. Esses ecossistemas mantêm um serviço que é muito caro, e que, às vezes, ignoramos.

Uma vista aérea de recifes, aqui na Praia do Forte, praia, ambiente marinho, um ecossistema recifal, que são ecossistemas extremamente produtivos, responsáveis por uma alta biodiversidade, mas responsáveis também por alimentar estoques pesqueiros. Superimportantes esses ecossistemas, porque as águas que nós temos na Bahia não são águas muito ricas, não são águas muito férteis, quando se fala da água oceânica. Então, a importância dos corais, dos manguezais e desses ecossistemas costeiros para tornar essas águas férteis é fundamental. Aqui é o contrário das águas, por exemplo, de Santa Catarina ou do Pará, onde a água oceânica é rica, aqui

dependemos muito desses ecossistemas costeiros, e os recifes de coral, os recifes de uma forma geral, são importantes nesse papel.

Os manguezais, que são fundamentais nessa manutenção da riqueza e de vários serviços, incluindo a manutenção da linha de costa, a manutenção de foz de rio, de estuários, a riqueza dos estuários, e toda a pesca marinha e ribeirinha depende muito do alimento produzido pelo manguezal, por essas árvores que crescem nessa transição do mar com a terra.

E por último, as falésias, e aqui são comuns no Sul da Bahia, acho que aqui é Mucuri, a Costa Dourada, como chamam, um pouco de recifes aqui, praias e falésias. Diferente das dunas, a falésia é o que se chama de costa faminta. Aqui o mar avança sobre a falésia, nas dunas o mar deposita areia, e essa areia precisa ser removida, formando as dunas. Então, aqui é um ambiente de extrema erosão que ocorre e precisamos saber cuidar e usar esse tipo de ecossistema.

Conhecidos os ecossistemas de adversidade e a complexidade que temos, é fundamental planejarmos, ou seja, verificarmos quais usos são adequados ou inadequados. Esse é o grande desafio que se faz e tem sido negligenciado historicamente. É muito bom o secretário de Meio Ambiente estar aqui, pois muito se negligenciou nos últimos anos em termos de planejamento ambiental da zona costeira principalmente.

Essa figura aqui embaixo é um exemplo do estudo sobre a adequação e inadequação. Aqui é a Baía de Todos-os-Santos, região de Ilha de Maré, Baía de Aratu, e temos uma partícula, uma bolinha azul, que significa uma partícula lançada no Porto de Aratu. Durante 10 dias ela vai sendo seguida. Então, durante 10 dias, ela não sai. Maré enche, maré vaza, e a partícula no mar não sai dali, ela se concentra. Ao longo de 10 dias, muitas partículas seriam lançadas pelos manguezais, pelos recifes existentes, mas também pelas indústrias que estão ali.

O risco representa os 10 dias da partícula. Ela vai e volta, vai e volta, e não sai. Essa região se caracteriza pela concentração de material marinho extremamente importante para enriquecer a água e tornar o ambiente piscoso, produtor de mariscos, produtor de peixes.

Aqui é um estudo dos ventos, por exemplo, nessa mesma região. Na direita, embaixo, temos a direção dos ventos em Salvador, onde os ventos são sempre de leste ou de sudeste. Isso é muito bom para dispersar o material lançado na atmosfera, o vento leva sempre embora qualquer coisa que se lance na atmosfera. Mas lá dentro da Baía de Todos-os-Santos, na região das Rosas dos Ventos, do terminal de Madre de Deus, os ventos vêm de todas as direções. É uma região muito ruim para dispersar o material lançado na atmosfera.

A água concentra substâncias, e a atmosfera nessa região também concentra. É um ambiente extremamente adequado para produção primária – agricultura, pesca, extrativismo –, mas extremamente inadequada para a indústria e portos.

Essa região foi escolhida, na década de 60, em pleno período da ditadura militar, para serem colocados os polos industriais e os portos na Baía de Todos-os-Santos, local mais inadequado em termos de ecossistema. Não houve um planejamento em cima do conhecimento. Seria um ambiente extremamente favorável às comunidades tradicionais, à produção pesqueira, à produção agrícola, por conta dessa concentração, e não dispersão. Ambiente favorável para indústria e para porto é o ambiente que dispersa os poluentes, que depura os poluentes com facilidade e mais rapidez. É o que eu falava da história de planejar e estudar o que é adequado para colocar em cada lugar.

Um estudo rápido de um outro exemplo disso: na região de Cova de Onça, no Baixo Sul, há uma baía cercada de manguezal por um lado, recifes de corais por outro, forrada de baixios costeiros, que são áreas extremamente produtivas. Esse ambiente é um dos maiores berçários que temos no litoral da Bahia em termos pesqueiros. Ele abastece de peixe e mariscos todo o litoral, e se pretende colocar um *resort* ali em cima, destruindo tudo isso. Ou seja, só quem vai ganhar é o dono do *resort*. Toda a comunidade que vive ali e toda a produção pesqueira de boa parte da região vai perder pela falta desse berçário.

Finalmente, precisamos solucionar os conflitos. Isso é gerenciar. Precisamos de gestão. Para se ter uma ideia, somente três municípios baianos têm plano de gerenciamento de gestão integrada, e nenhum dos três está funcionando plenamente, que são Entre Rios, Conde e Ilhéus.

Do lado direito, temos a importância biológica dos ecossistemas marinhos, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. A maioria da costa baiana está na categoria extremamente alta a importância biológica, a região marinha, a maior parte azul não é conhecida.

Aqui é no lado terrestre, também temos bastante ecossistemas de importância biológica alta; em cinza, lá em cima, principalmente pelo meio, temos um pouco de unidades de conservação.

Aqui é o zoneamento ecológico-econômico que foi feito no Estado, não dá para detalhar a região costeira. Por quê? Porque o zoneamento ecológico econômico costeiro deve ser feito numa escala mais profunda, pela complexidade que tem. E nunca foi feito esse zoneamento.

Com esse gerenciamento, precisamos buscar a sustentabilidade desses biomas, desses ecossistemas, para que possamos usufruir dos serviços ecossistêmicos extremamente caros que garantem a nossa vida.

Um exemplo do gerenciamento integrado de Entre Rios.

Só para mostrar como a ferramenta de gestão é extremamente simples. Esse é o plano integrado, ou seja, a interpretação participativa com toda a comunidade participando, técnicos e pesquisadores.

Situação atual de um trecho da praia em Sauípe hoje.

Se nada for feito, o que deve acontecer com esse mesmo trecho de praia. Ou seja, ocupação urbana, poluição, carros na praia, a não existência de coqueiros e erosão. E o que se deseja com isso.

Então, esse é um formato extremamente simples, que é o que pressupõe o projeto orla, o plano de gerenciamento costeiro no Brasil, que só tem três municípios no Estado. O Estado que tem a maior costa do Brasil.

Concluindo, precisamos agir e agir revitalizando os conselhos gestores das unidades de conservação. Como Renato falou, eles estão parando, estão ameaçados por falta de funcionamento. Sr. Secretário Geraldo, precisamos revitalizar também o comitê técnico estadual do projeto orla para revitalizar os planos de gerenciamento integrado. Não adianta fazer um plano para a orla pensando só no mangue ou só na praia ou só no uso com barracas ou só no uso com industrialização ou turismo. Tem que ser um plano integrado, pela complexidade que existe. Precisamos revitalizar o comitê técnico estadual, que está parado há mais de quatro anos. Está sem funcionar, isso é vergonhoso, vexatório num Estado que tem a costa que tem, com a importância que tem, com a ocupação que tem neste País.

Esses são só biomas costeiros que queria apresentar para vocês. Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Queria agradecer ao professor Miguel. Sei que é um excesso de informação, mas cada convidado tem 30, 40 anos militando e estudando essas questões. Seria impossível passar todas as informações numa sessão como esta, mas essas informações são fundamentais para quem vai trabalhar essa campanha. Então, peço desculpas, mas é necessário.

Agora, vamos passar a palavra ao nosso padre Zé Carlos, que é vice-presidente da ASA e, também, coordenador dessa campanha. (Palmas)

O Sr. PADRE ZÉ CARLOS:- Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Sr. Arcebispo Dom Murilo Krieger e do deputado Marcelino Galo, proponente desta sessão especial, e apresentar o Antônio Felipe e o Diogo que estão tocando na banda.

Começo lendo um trecho do evangelho de hoje: “Naquele tempo, dirigindo-se Jesus aos chefes dos sacerdotes e aos anciãos do povo, disse-lhes: “Escutai esta outra parábola: Certo proprietário plantou uma vinha, pôs uma cerca em volta, fez nela um lagar para esmagar as uvas e construiu uma torre de guarda. Depois arrendou-a a vinhateiros, e viajou para o estrangeiro. Quando chegou o tempo da colheita, o proprietário mandou seus empregados aos vinhateiros para receber seus frutos. Os vinhateiros, porém, agarraram os empregados, espancaram a um, mataram a outro e ao terceiro apedrejaram. O proprietário mandou de novo outros empregados em maior número do que os primeiros, mas eles os trataram da mesma forma. Finalmente, o proprietário enviou-lhes o seu filho pensando, ao meu filho eles vão respeitar. Os

vinhateiros, porém, ao verem o filho disseram entre si, esse é o herdeiro! Vindes, vamos matá-lo e tomar posse da sua herança. Então, agarraram o filho, jogaram-no para fora da vinha e o mataram. Pois bem, quando o dono da vinha voltar, o que fará com esses vinhateiros?

É a pergunta que podemos fazer a nós mesmos e a todo o povo brasileiro em relação aos biomas. O que o dono dos biomas vai fazer conosco diante do que estamos fazendo, diante de tudo que ouvimos hoje aqui a respeito do desmatamento, a respeito da destruição dos biomas no Brasil? É preciso que tomemos consciência da necessidade de uma harmonia do ser humano com todo o ecossistema, a necessidade do respeito ao outro.

Na medida em que você maltrata a natureza, você está desrespeitando a vida, está desrespeitando a pessoa humana, está desrespeitando a natureza. Ao destruir qualquer que seja a espécie da natureza, você consequentemente destrói a vida humana. É preciso que tomemos cuidado para que não se repita em Salvador o que se fez com a Paralela, que não se repita em Salvador o que se fez na Av. Centenário, que não se repita em Salvador o que se fez no Imbuí, (palmas) como estão querendo fazer agora em Jaguaribe. É preciso não permitir que esses projetos sejam concretizados, porque não se pode mais admitir o desmatamento. O desmatamento tem que ser zero.

A necessidade é que as cidades, e principalmente a cidade de Salvador, façam o projeto de saneamento básico, a cidade de Salvador não tem um projeto de saneamento básico. É preciso que se retome essa discussão, é preciso que se procure cada vez mais perceber que o que fizemos não pode se repetir. E que nós, fico muito alegre, Dom Murilo, quando vejo que a Igreja, a nossa Igreja, está fazendo o que o santo padre disse, está em saída, está indo ao encontro da realidade, está trazendo para a discussão de toda a sociedade um tema que ninguém pensava que se fizesse, e o senhor foi muito feliz. O que a Igreja está procurando com isso, o que a Igreja está querendo com isso? É uma Igreja que é missionária, uma Igreja que é profética, que quer chamar a atenção da realidade que estamos vivendo para que depois não lamentemos a destruição da espécie humana.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradeço ao Padre José Carlos, coordenador dessa campanha e também registrar a presença aqui de Reinaldo Moura, que é Presidente da GAPDICA, muito obrigado pela presença.

Antes do nosso encerramento, vamos ouvir neste ato, representando o governador do Estado, o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Geraldo Reis.

O Sr. GERALDO REIS:- Bom-dia, quase boa-tarde.

D. Murilo estava, ali, comentando comigo. Como é, D. Murilo? Quem fala pouco é que agrada mais. Então, tentarei ser o mais breve possível.

Esta sessão aqui, hoje, é extremamente simbólica, porque o móvel desta sessão tem uma importância enorme. É difícil de mensurar a importância de uma instituição como a Igreja Católica abraçar uma temática, embora de defesa do meio ambiente, extremamente humanista. Talvez uma das formas mais radicais de defender uma atitude humanista imagino que seja exatamente defender os biomas e o meio ambiente.

Acho que no século XX observamos a consolidação de uma sociedade, como já foi dito aqui, de um modo de vida, de um modo de produzir, de um modo conviver, de um modo de consumir, em que a natureza foi absolutamente dominada pelo homem.

Nessa relação de domínio, de extrair da natureza as condições necessárias para garantir a reprodução humana tivemos, também, outra grande contradição, que talvez tenha sido a maior contradição do século XX, a contradição capital e trabalho. Não é que essa contradição tenha se perdido, mas no século XXI a grande contradição da humanidade provavelmente seja exatamente essa: produção, esse modo de vida, de produzir, essa filosofia de vida, essa visão de mundo, que não cabe mais nos dias de hoje.

Portanto, acho que a Igreja Católica é extremamente feliz. Dada a sua capacidade de convencer, de evangelizar, de seduzir mentes e corações, talvez seja uma das instituições que, de fato, tenha a melhor condição para fazer a defesa do meio ambiente.

Em nosso Estado, os desafios que temos pela frente são enormes. Fiquei observando todas as contribuições, em especial as dos especialistas, os professores Ricardo e Aciole, e mesmo do Renato. Cada vez fica mais evidente o quanto é difícil enfrentarmos essa problemática em um Estado cuja base econômica está ancorada no grande turismo, no grande agronegócio, na silvicultura, nos grandes empreendimentos. Isso mostra o desafio que temos pela frente, mas mostra também a insuficiência de uma secretaria de meio ambiente em nível estadual ou de um órgão gestor. Isso mostra a necessidade da ampliação do diálogo, da ampliação das relações, do fortalecimento das instituições, dos arranjos organizacionais de base, como por exemplo, os comitês de bacias, como foi dito aqui, os comitês de gestão das áreas de preservação.

Essa campanha vem em um momento crucial em que está eclodindo a crise hídrica no País e em especial no nosso Estado. A crise hídrica precisa ser internalizada não só pelos agentes econômicos governamentais, mas também pelo conjunto da sociedade. Definitivamente, a questão ambiental não pode ser mais encarada pelos agentes econômicos apenas como um obstáculo a ser vencido, (palmas) apenas como um entrave ao crescimento do seu negócio. No século XXI, a dimensão ambiental tem que ser concebida, cada vez mais – inclusive dos pontos de vistas pragmático e de mercado – como algo essencial para uma nova economia. (Palmas)

Chegou o momento de enfrentarmos definitivamente a questão da crise hídrica, não como uma crise passageira, não como uma seca a mais. Chegou o momento de um balanço global sobre as nossas águas, de um monitoramento mais amplo e

profundo sobre os destinos das nossas águas, o que não quer dizer uma posição estreita. Não podemos ter a ilusão de que iremos de uma hora para outra barrar os grandes empreendimentos de qualquer natureza no nosso Estado, sejam de caráter turístico, do agronegócio ou da silvicultura. Mas quer dizer que temos que fazer uma disputa política no atacado, disputando, sim, uma estratégia global de desenvolvimento.

Tem 45 dias, mais ou menos, que tomei posse na Secretaria de Meio Ambiente. Essa já é a terceira vez que venho a esta Casa participar de discussões e debates e tenho dito que é necessário que possamos reposicionar a correlação de forças que envolvem os interesses meramente econômicos e os interesses ambientais. (Palmas)

Mas isso não é uma questão simples, isso não é uma questão fácil. A cada dia que passo à frente dessa secretaria, estou internalizando, tendo uma noção mais clara dos desafios que estão postos. E continuo predisposto a caminhar sobre o fio da navalha para intermediar. A minha grande contribuição não será, seguramente, como especialista ambiental. A minha grande contribuição será pela minha visão de mundo. Mas isso também é constrangido por uma posição de governo, por uma estratégia de desenvolvimento econômico. Mas pela minha leitura de mundo e também por compreender a necessidade de incorporar cada vez mais, de ampliar essa aliança, de alterar essa correlação de força, que não é um processo de um dia para o outro. Não se trata de uma corrida de 100 metros. Nós estamos falando de uma grande maratona. Mas que não pode começar amanhã. Já deveria ter começado, e acho que nós já começamos.

É nesse sentido que alguns aspectos ou algumas temáticas que foram apresentadas aqui, nós já estamos tomando algumas providências. Na semana passada, já tive uma primeira reunião com os comitês de bacias. Já recebi não somente movimentos sociais, mas as representações empresariais do nosso Estado. Tenho um mapa claro dos conflitos que estão postos, que estão colocados.

Já tive a oportunidade de ir ao BNDES, no Rio de Janeiro, resgatar, recuperar um convênio de 37 milhões para garantirmos a continuidade do cadastramento ambiental rural, que no nosso caso é o Cefir, em especial para as propriedades de até quatro módulos. Estamos negociando com o BNDES uma nova iniciativa de financiamento de restauração. Em breve, lançaremos o manual de restauração, que já está praticamente pronto. Publicaremos também a lista de espécies ameaçadas.

Já conversei com o governador acerca da situação do Parque de Pituacu. Em breve, também faremos intervenções lá. É claro que são medidas pontuais, mas necessárias para iniciarmos essa corrida.

Portanto, é com essa postura que, na condição de secretário de Meio Ambiente, acolho e vejo a enorme importância dessa campanha. É com essa postura de firmeza, de atitude, de proatividade, mas também de humildade em relação à necessidade de incorporação de novos conhecimentos, de incorporação de novos parceiros. Nós temos que quebrar, no campo dos ambientalistas, um cisma que existe aqui.

Estou predisposto a dar a minha colaboração nesse sentido. Nós precisamos aglutinar, nós precisamos juntar, porque os adversários maiores dos biomas, da natureza e, portanto, do homem também estão do outro lado. Essa é a minha leitura sobre esse momento que vivemos.

Esqueci de informar que, em breve, anunciaremos uma nova área de conservação, porque há muito se tenta definir essa área, que é o Boqueirão da Onça, onde já definimos uma área de cerca de 390 mil hectares. O que é uma novidade, considerando que temos muitas áreas de preservação na Mata Atlântica, mas poucas na caatinga e no sertão.

Obrigado pela atenção e estarei sempre à disposição de todas as instituições, de todos os agentes econômicos e sociais que queiram colaborar ou que queiram me puxar para essa luta.

Um abraço. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero agradecer ao secretário de Meio Ambiente, neste ato representando o governo do Estado.

Gostaria de dizer a vocês que a Frente Parlamentar Ambientalista desta Casa é aberta, é mista e tem os diversos grupos de trabalho. Se vocês quiserem se incorporar, lá será dada sequência a todos esses temas de forma aprofundada. Está aberta à participação de organizações e das pessoas.

Neste momento ouviremos o Hino da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas, das Sr^{as} e dos Srs. Deputados e da imprensa.

Declaro encerrada a presente sessão. Viva a Campanha da Fraternidade!

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.